

# Ministério cria comissão para a reforma penal

► **O primeiro** -ministro acusou, ontem, o Sol de o ter "insultado" a propósito das escutas no âmbito do processo Face Oculta e manteve o que afirmou no Parlamento sobre o seu desconhecimento face à compra da TVI. De acordo com a edição de ontem do semanário, "as escutas do processo Face Oculta provam que José Sócrates faltou deliberadamente à verdade quando disse no Parlamento que desconhecia o negócio da compra da TVI pela PT.

► **O deputado** do PCP António Filipe acusou, ontem, o ministro da Economia de ter feito afirmações "que constituem, efectivamente, uma pressão relativamente ao Ministério Público", considerando-as "deploráveis" e "inaceitáveis" por parte um governante. Em entrevista à Antena 1, Vieira da Silva, membro do Secretariado Nacional do PS, criticou as escutas de José Sócrates, com Armando Vara, sugerindo estar-se perante um caso de espionagem política pelo MP.

► **Os advogados** de Manuel Godinho requereram ao Juízo de Instrução Criminal de Aveiro que "adapte" a medida de coacção a que o principal arguido da Face Oculta está sujeito (prisão preventiva) ao seu estado de saúde "preocupante". Pedro Teixeira, dos advogados do arguido, disse ontem à Lusa que o requerimento, apresentado quarta ou quinta-feira, alude a relatórios médicos que referem um quadro cardiovascular "complicado" e "problemas graves" de diabetes de Manuel José Godinho.

► **A Polícia** britânica confirmou, ontem, que encerrou as investigações às suspeitas de corrupção ao caso Freeport, mas a investigação prossegue em Portugal.

Num breve comunicado, o Serious Fraud Office (SFO) informa que, "apoiado pela Polícia da City de Londres, tem estado a conduzir uma investigação a denúncias de corrupção relativas à construção do complexo comercial Freeport em Alcochete, Portugal". "A investigação foi agora fechada", acrescenta, sem justificar as razões desta decisão. Esta foi a primeira vez que esta agência governamental britânica, que investiga e age judicialmente em casos de fraudes financeiras complexas, confirmou publicamente a existência de uma investigação.

**Acaba de ser criada uma comissão que terá por missão analisar os relatórios do Observatório Permanente da Justiça no que diz respeito à aplicação dos novos códigos Penal e de Processo Penal e formular propostas de alteração. No despacho que cria a comissão, o ministro da Justiça lembra que o programa do Governo para aquela área destacou o "reforço da eficácia na prevenção, na investigação e na punição do crime".**

● O ministro da Justiça criou uma comissão para analisar os relatórios do Observatório Permanente da Justiça (OPJ) sobre a aplicação dos novos códigos Penal e de Processo Penal e formular propostas de alteração.

O Ministério da Justiça adianta, em comunicado ontem divulgado, que a comissão é presidida pelo secretário de Estado da Justiça, integrando também sete personalidades com ligações ao meio judicial ou à docência do Direito.

No despacho que cria a comissão, o ministro Alberto Martins lembra que o programa do Governo para a Justiça destacou o "reforço da eficácia na prevenção, na investigação e na punição do crime".

"Neste âmbito, definiu como matricial a obtenção de celeridade e



● Códigos Penal e de Processo Penal deverão receber propostas de alteração por parte da comissão, ainda este ano.

eficácia na investigação criminal, qualificadas como vitais para a defesa dos direitos fundamentais dos cidadãos e do Estado de Direito Democrático. E especificou a necessidade de medidas e políticas dirigidas à prevenção e ao combate à acção delictuosa, designadamente à criminalidade organizada e económico-financeira e à corrupção", refere o despacho.

O OPI, que funciona no Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, apresentou ao anterior Governo, no âmbito da avaliação da

aplicação dos códigos Penal e de Processo Penal, relatórios de monitorização onde se "formulam sérias reflexões sobre essa reforma e preconizam 'alterações legais cirúrgicas correctivas' e soluções alternativas para o quadro organizatório actual", refere o ministro.

Nesta sequência, o Governo decidiu criar "uma comissão encarregada de analisar as conclusões dos relatórios do OPJ e de formular propostas de alteração aos diplomas legais em causa".

O ministro Alberto Martins explica no despacho que a comissão

agora nomeada não fica limitada às conclusões do OPJ, podendo "apresentar outras propostas que se lhe afigurem adequadas à obtenção de uma maior eficácia do sistema de investigação e julgamento na acção penal, no quadro da defesa dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos".

"Esta comissão apresentará o seu trabalho até ao termo do corrente ano", refere também o comunicado do Ministério da Justiça, segundo o qual a primeira reunião decorre, hoje, no Tribunal da Relação de Coimbra. ■